

AMARAL, Joaquim Tomás do

*diplomata; dir.-ger. Secret. Estado Rel. Ext.1865-1907.

Joaquim Tomás do Amaral, futuro visconde de Cabo Frio, nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 16 de agosto de 1818, filho de Antônio José do Amaral e de Maria Benedita Carneiro da Silva Amaral.

Fez carreira no corpo diplomático, representando o Brasil em diferentes países estrangeiros e em missões especiais. Ainda moço, ao lado do juiz Hermenegildo Frederico Niterói, foi um dos árbitros da comissão mista brasileira e inglesa em Serra Leoa, em 1840. Sua participação na comissão adveio das prerrogativas estabelecidas por um acordo bilateral assinado entre o Brasil e a Inglaterra, que teve vigência entre 1830 e 1845 e que implicava o direito mútuo de visita e busca dos navios das duas bandeiras. Esse acordo se enquadrava na tentativa da Inglaterra de coibir o tráfico transatlântico de escravos e impunha a existência de dois tribunais mistos para julgar o caso de navios apreendidos. Um dos tribunais ficava em Freetown, Serra Leoa, e era responsável por julgar os navios apreendidos na costa africana. O segundo tribunal ficava na cidade do Rio de Janeiro e tinha a incumbência de julgar os navios apreendidos na costa do Brasil. Todas as comissões eram mistas, ou seja, formadas por membros oriundos dos dois países signatários do acordo.

Posteriormente, foi adido em Londres, onde passou a dirigir interinamente a comissão mista brasileiro-inglesa como encarregado de negócios. Foi, depois, secretário em Paris, competindo-lhe em seguida assumir a direção interina da legação brasileira em Buenos Aires, em 1855, em virtude da morte do então ministro, o conselheiro Silva Pontes. Como encarregado de negócios, serviu no ano seguinte em Montevidéu. Foi ministro residente em missão especial em Assunção, sendo que tal missão resultou na assinatura de um tratado de comércio e navegação ratificado no Rio de Janeiro em setembro de 1858 e vigente até 1861. Nesse último ano, foi nomeado ministro plenipotenciário em Bruxelas, na Bélgica, onde empreendeu várias e importantes negociações. Assinou, em 1863, o tratado entre a Bélgica e diversos países para a abolição, por meio de resgate, dos direitos do rio Escalda. Conforme consta no relatório do Ministério das Relações Exteriores do mesmo ano, de acordo com o tratado em questão, o Brasil passou a “gozar da supressão dos direitos de ancoragem e da redução dos de pilotagem e das taxas locais sem nenhuma compensação a mais do que a sua participação no resgate geral desses direitos”. Ou seja, o Brasil, assim como outros países, teve reduzidos os custos de navegação de suas embarcações pelo rio Escalda, que liga o mar do Norte ao porto de Antuérpia, um dos mais importantes da Europa.

Também em 1863, firmou um acordo regulando as relações comerciais da Bélgica com o Brasil. Tocou-lhe, ainda em Bruxelas, apresentar a documentação brasileira sobre a questão da fragata *Forte*, existente entre o Brasil e a Inglaterra, submetida ao arbitramento do rei Leopoldo I. Tal questão teve origem quando, na noite de 17 de junho de 1862, três tripulantes da fragata inglesa *HMS Forte*, vestidos à paisana, jantaram num hotel localizado no Alto da Tijuca, bairro do Rio de Janeiro, e, ao término da refeição, já embriagados, caminharam em direção à cidade e molestaram diversas pessoas, entre elas a sentinela de um destacamento policial. Houve combate corporal, e os estrangeiros foram detidos com a ajuda de outros soldados. Um simples caso de arruaça se transformou em um incidente diplomático, à medida que foi levado ao conhecimento do embaixador inglês no Rio de Janeiro, William Dougal Christie, que solicitou explicações junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 5 de dezembro de 1862, o embaixador Christie emitiu nota endereçada ao governo brasileiro, na qual requisitou que fossem punidos os soldados do destacamento policial responsáveis pela prisão dos tripulantes da fragata *Forte*, que fossem censurados o chefe de polícia e o oficial que receberam os ingleses na prisão e os detiveram sob custódia durante toda uma noite, bem como que fosse apresentado um pedido de desculpa oficial por parte do governo brasileiro. O marquês de Abrantes, na época ministro das Relações Exteriores, recusou as exigências impostas pelo embaixador Christie, e a contenda finalmente foi arbitrada pelo rei da Bélgica, cujo laudo, favorável ao Brasil, foi entregue em importante audiência no castelo de Laeken, residência oficial dos soberanos belgas, em 21 de junho de 1863, aos plenipotenciários de ambas as partes envolvidas na questão, sendo o plenipotenciário brasileiro Joaquim Tomás do Amaral.

DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Em 21 de março de 1865, foi nomeado diretor-geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros do Brasil, que, depois da proclamação da República, receberia a denominação de Secretaria de Estado das Relações Exteriores. O cargo de diretor-geral não correspondia ao de ministro: muitos ministérios, na época, como o das Relações Exteriores, o da Agricultura e o da Justiça, contavam com um diretor-geral, cuja existência tinha como propósito garantir uma continuidade administrativa em caso de troca de ministros.

Como diretor-geral da secretaria, foi enviado como ministro plenipotenciário em missão especial ao rio da Prata durante o período de 20 de dezembro de 1867 a 27 de janeiro de 1869. Nessa missão, teve como incumbência concluir vários ajustes relacionados com a Guerra do Paraguai (1864-1870). Além disso, assinou em Buenos Aires, em 1868, protocolos permitindo o trânsito pelo rio Paraguai de determinados navios de guerra europeus e norte-americanos e declinou das ofertas do Chile e da Bolívia em prol do

término da guerra, resolvendo, então, assuntos referentes a operações militares.

Esteve em uso de licença de 1º de agosto de 1871 a 30 de abril de 1873. Em 21 de maio de 1874, foi agraciado com o título nobiliárquico de barão de Cabo Frio. Quinze anos depois, em 2 de maio de 1889, pouco antes da derrocada da monarquia, foi ainda contemplado com o título de visconde de Cabo Frio. Contudo, os títulos de nobreza perderam seu valor após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, quando foram substituídos em importância pelas patentes e títulos militares, conforme destaca Edgar Carone em seu estudo sobre o período da Primeira República.

A despeito dos serviços prestados ao Segundo Império, Joaquim Tomás do Amaral continuou a exercer o cargo de diretor-geral da então Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Em 1890, por ocasião da viagem de Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores, ao Rio da Prata, assumiu o ministério interinamente por cerca de um mês. Em tão curto período, intensa foi a atividade da chancelaria, em especial porque o país se encontrava na fase de reconhecimento por parte dos países estrangeiros do novo regime político implantado. Em 1900, novamente assumiu interinamente o Ministério das Relações Exteriores em substituição ao então ministro Olinto de Magalhães, que viajara à Argentina a fim de acompanhar o presidente Campos Sales, que se encontrava em missão oficial.

Exerceu o cargo de diretor-geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores por mais de 40 anos, ou seja, até 1907, quando faleceu em 15 de janeiro. Assim, conviveu por cinco anos com a nova fase da diplomacia brasileira inaugurada com a posse de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, no cargo de ministro das Relações Exteriores, em 1902. Conforme destaca Luís Viana Filho em sua biografia do barão do Rio Branco, o visconde de Cabo Frio, embora fosse diretor-geral da Secretaria de Estado, concentrava grande poder de decisão, o que o levou a exercer, muitas vezes de forma inoficial, as funções de ministro, pois a maior parte de todos os documentos necessitava de sua aprovação para serem encaminhados ao ministro. Contudo, após a sua posse, o barão do Rio Branco passou a concentrar praticamente todas as decisões, já que poucos papéis eram encaminhados à secretaria e a Cabo Frio, no intuito de minimizar a burocracia e agilizar o andamento dos processos e contatos com países estrangeiros. Essa mudança fez com que o antigo diretor-geral se sentisse preterido e no ostracismo.

De acordo com o autor Rodrigo Otávio, que foi político e contemporâneo de ambos, a convivência entre o diretor-geral e o novo ministro não foi “na verdade das melhores, pois desde o início da administração de Rio Branco, o visconde não se sentia muito à vontade. Até então exercera ele na secretaria uma autoridade sem contraste. Era ele quem dizia o que se devia fazer. Com Rio Branco a situação mudou. Era que o ministério tinha então um ministro que bem sabia como se haver em tudo e que era, além disso, uma personalidade de

prestígio, absorvente e dominadora. Rio Branco tudo queria ver e fazia muita coisa, ele mesmo. Se bem que os papéis continuassem tendo na secretaria seu curso normal de informação, era positivo que as novas práticas quebravam a normalidade do funcionamento anterior. Cabo Frio se ressentiu disso. Sobretudo, o gabinete de Petrópolis causava-lhe irritação. Muita coisa aí se decidia sem que ele fosse ouvido. As papeletas, quando não eram executadas lá mesmo, vinham para serem executadas na secretaria, já com o despacho definitivo. O gabinete de Petrópolis era uma outra secretaria de Estado. O diretor-geral sentia sua autoridade diminuída e se retraía”.

Já Luís Gurgel do Amaral, em seu livro de memórias intitulado *O meu velho Itamarati*, afirma que o principal ponto de tensão existente entre os dois diplomatas residiu no fato de que Cabo Frio controlava o horário de entrada e saída dos funcionários da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o que não se coadunava com as tendências de Rio Branco, cujo horário de trabalho era bastante flexível, na medida em que adentrava noites e madrugadas. No entanto, a relação entre ambos foi sempre respeitosa. O barão do Rio Branco, inclusive, afirmou em documento divulgado por Luís Viana Filho reconhecer a importância de Cabo Frio para a chancelaria brasileira e ter reverência pelo secretário, o qual conhecera ainda pequeno na casa de seu pai, o visconde do Rio Branco.

Entre suas obras, destacam-se os seguintes trabalhos diplomáticos, que se encontram reunidos no Acervo do Arquivo Histórico do Itamarati: *Reclamações anglo-brasileiras* (1880); *Navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão* (1889); *Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina. Questão submetida ao arbitramento do presidente dos Estados-Unidos da América*. A seu respeito existe também a obra intitulada *Traços biográficos do visconde de Cabo Frio* (1903), de autoria de José Antônio d’Espinheiro.

Cristina Luna

FONTES:

BETHELL, L. *Abolição*; CARONE, E. *República velha*; D’ESPINHEIRO, J. *Traços*; MIN. REL. EXT. *Ministros*; OCTÁVIO, R. *Minhas memórias*; Relatório do ministro das Relações Exteriores, 1863; VIANA FILHO, L.. *Vida*.